

RELATOS E MEMÓRIAS EM CAMPINA GRANDE: A UCES A PARTIR DE SEUS ASSOCIADOS

Liélia Barbosa Oliveira (UFCG)¹
Thomas Bruno Oliveira (SPA)²

Memórias e experiências são vagamente esquecidas e/ou silenciadas no percurso natural do tempo. Para tanto, o ofício do historiador possibilita-nos rememorar lugares e pessoas através de memórias que vem a constituir a história da cidade. Propomos com este trabalho a compreender o desenvolvimento do movimento comunitário no espaço da cidade de Campina Grande-PB através da União Campinense das Equipes Sociais (UCES), que atua há 45 anos e vem coordenando as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's) valorizando e reconhecendo seu papel na sociabilização territorial da cidade, dando visibilidade política aos associados e proporcionando melhorias sociais às comunidades envolvidas.

Palavras-chave: Cidade, Memória, UCES

1. UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO

A cidade em suas varias versões causa inquietações em vários pesquisadores, visto que sua forma complexa oferece varias interpretações a seus observadores. De forma histórica, a cidade vem sendo tratada como um lugar de sociabilidade extremamente importante para os indivíduos, uma vez que suas construções sociais se acentuam consideravelmente neste lugar que também vem sendo motivo de análise como um lugar de construção histórica. As cidades nos séculos XVIII e XIX provocaram uma renovação na vida social dos indivíduos que paulatinamente reinventavam suas ações e suas formas de permanecerem nas cidades. Era comum a agregação populacional nas cidades, pois esta tinha um atrativo que eram as fábricas que abrigavam grande número de trabalhadores e desta forma, o crescimento era algo visivelmente oportuno. Para tanto, o deslocamento de importância do mundo rural para a cidade e a relação estabelecida dos indivíduos neste espaço trouxe problemas de cunho existencial e de forma peculiar de moradia, de saúde entre outros problemas.

¹ Mestranda em História pelo PPGH/UFCG

² Professor de História em Campina Grande e diretor da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA)

O deslocamento populacional provocado pelo fim das relações feudais e conseqüentemente a relação para com o campo e a acentuada forma dar trocas comerciais de cunho capitalista provocaram mudanças culturais em hábitos, gostos e vida de milhões de pessoas, sendo assim, importantes fatores para a contingência populacional das cidades.

É bom destacar que as lutas sociais por melhoria das relações trabalhista foram o início das lutas por melhorias na cidade e com elas surgem grupos que reivindicam melhorias nos aglomerados residenciais da cidade, surgindo, então, o movimento social urbano voltado para questões da cidade. Assim, com todos os problemas verificados na cidade, surgiram insatisfações sociais, visto que se faziam necessárias movimentações populacionais para resolver problemas que eram de interesse de uma grande parte dos moradores da cidade e de forma especial dos “populares” que sobreviviam das fabricas e de tarefas secundarias nas cidades. Nesse sentido, os movimentos foram surgindo e assim verificamos atuações sociais como o Cartismo e o Ludismo na Europa, onde o eixo era as reivindicações de cunho trabalhista. Tendo por base esse indicativo, verificamos que a cidade se tornou palco de várias atuações sociais, nas quais a população teve grande papel de transformação da cidade em seus movimentos.

No âmbito da America Latina essa experiência de cunho social trouxe influências para atuações sociais. Verificamos atuações na Argentina, Guatemala, Venezuela, Uruguai e tantos outros países que viram mos movimentos sociais a busca por redefinição das políticas públicas.

No Brasil a cidade como palco de interatividade e participação popular nas atividades políticas e sociais foram presentes desde a colônia e inicio da republica motins arcam essa atuação e com o fim da escravidão e inicio da republica a cidade passa a ter uma nova conotação apesar de surgirem os primeiros defensores dos projetos socialistas que eram oriundas da Europa (PRIORE e VENÂNCIO, 2001).

Como aponta Marins (1998), a cidade passa por transformações significativas onde problemas oriundo das novas relações sociais passam a afetar o espaço das cidades ocasionado momentos de reivindicações de seus habitantes.

As grandes cidades surgiram no horizonte como o espaço das novas possibilidades de vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativo. Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperais, e juntos a eles aprenderiam a sobreviver na

instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências experiências, tensões-e espaços. (MARINS, 1998 p.132,133)

Como indica o texto acima, os problemas vivenciados no espaço urbano das cidades pós período colonial no Brasil tem suas especificidades logo evidenciamos os problemas de caráter habitacional e todo aparato estrutural para garantia da sobrevivência humana onde direitos fundamentais teriam de ser respeitados como a vida. Vejamos abaixo ações decorrentes desses problemas:

Tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmicas das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever e livrar o país do que consideram “atraso”, atribuindo ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. (MARINS, 1998 p.132,133)

A citação indica as formas de reação que geralmente ocorriam mediante os problemas nas cidades. Além do mais, fica claro que os centros das cidades onde a burguesia estava instalada era mais farta as condições de infra-estrutura e logo era um espaço onde a grande população não tinham acesso. Nesse sentido começa uma cobrança com relação ao direito à cidade. É diante dessas problemáticas que uma forma específica de movimento social surge como forma de trabalhar em prol das resoluções desses problemas que afetam a coletividade e de forma especial os que estão em áreas periféricas da cidade. É assim que surge o Movimento Comunitário tendo como característica inicial o aspecto reivindicatório onde as cobranças de melhorias de infra-estrutura eram seu carro chefe.

A população em grande medida era operária. O indício das primeiras manifestações do movimento operário foi na década de vinte no Rio de Janeiro em fins do século XIX e XX, onde liderou a industrialização e posteriormente é superada por São Paulo na década de 1920. O movimento comunitário de forma específica temos indicativo de sua presença a partir da década de 1930 em São Paulo influenciado por europeus que vieram para o Brasil com idéias socialista e pautado na historia européia

de conquista de direitos. A primeira organização registrada foi a Sociedade de Amigos da Cidade –SAC- que teve papel na reivindicação de construção de um metrô abertura de avenidas e coisas desse gabarito, sendo, portanto, uma atividade de melhoria social dos bens coletivos. Juridicamente esta organização é de 1936, tendo como objetivo participar do plano político da cidade em sua atuação nos bens sociais da coletividade como no movimento emancipatório da capital paulista (SOUSA, 2003).

De maneira geral esta experiência durante os anos foram se proliferando por vários estados brasileiros como forma de fomentar esperanças de atuação e mudança da qualidade de vida dos habitantes das cidades.

No atual território da Paraíba e de forma especial na cidade de Campina Grande o movimento comunitário chegou com características específicas na década de 1950 sob a orientação do serviço social prestado pela Irmã religiosa Ângela Beleza, que fundou o curso de serviço social na antiga URNE (Universidade Regional do Nordeste). A atuação da Irmã Ângela Beleza junto a população e trabalhando os princípios básicos de cidadania e dignidade fomentou entre seus atendidos nos bairros campinense em construção um despertar para a preocupação com a qualidade de vida bem como com a coletividade. Nesse sentido, os primeiros indícios desses movimentos foram reuniões em prol da solução de problemas junto ao poder político local e posteriormente uma formação de uma espécie de conselho comunitário como forma de congregar pessoas que queiram discutir e solucionar problemas que afetam suas vidas em sociedade e de forma especial os que mais incomodam de forma coletiva na espacialidade de suas habitações.

A partir dessas experiências nos bairros é que foram criadas as primeiras associações de moradores como a do José Pinheiro, localizada na zona este de Campina Grande, em 1962, onde o contingente populacional na época era de quase 20 mil habitantes. Outra associação bastante importante na época foi a de Monte Castelo, bairro vizinho ao de José Pinheiro, também datado sua criação do mesmo ano, com a denominação de União dos amigos do bairro de Monte Castelo. Vejamos o que diz Clodoaldo Oliveira Melo com relação a estes equipamentos sociais:

No ano de 1962, com o incentivo da Igreja Católica e da Faculdade de Serviço Social, um grupo de moradores do bairro de Jose Pinheiro se reuniu para formar uma Sociedade de Amigos de bairro SAB. O bairros do José Pinheiro serviu como exemplo e estímulo para que os demais bairros de campina Grande Criassem também a sua entidade nesse gênero. Uma associação de moradores se constitui numa

entidade criada e dirigida por moradores de uma mesma localidade que, de forma livre, consciente e organizada decidem enfrentar os problemas comunitários existentes. (MELO, 2002 p.4)

As associações também eram conhecidas como Equipes Sociais. Com o andamento dos trabalhos e êxito da atuação dos equipamentos sociais nos bairros e seu respaldo junto ao poder político local houve a necessidade de criar uma entidade articuladora das equipes sociais dos bairros da cidade, sendo assim, em 02 de agosto de 1964 criou-se a União Campinense das Equipes Sociais, com a tarefa de início de articular as associações existentes e promover a troca de experiência e articular não só os problemas dos bairros específicos, mas de toda a cidade. Vejamos também o que o autor Melo destaca a este respeito:

A UCES foi criada e dirigida por pessoas comprometidas com o movimento comunitário e com as SABs. O movimento comunitário não tinha interesse político partidário. No entanto, esse movimento intermediava suas lutas através de uma ação política junto as poderes públicos para reivindicar em favor melhorias de toda a comunidade. (MELO, 2002 p.5)

É um período bastante específico, visto que nesse mesmo ano instalava-se a ditadura militar no Brasil e foi um momento bastante tenso para as organizações sociais e que a atuação deste movimento tem como característica promover a integração social e é caracterizado como um movimento reivindicatório sendo, portanto, comedido nesse período de uma formação política específica, mas só a partir de 1970 com as novas redefinições políticas e sociais é que este movimento ganha novas definições e atuações bem como novos princípios norteadores.

A previsão jurídica estatutária da entidade só foi realizada em 1996, isto fruto do amadurecimento e consolidação do movimento comunitário em Campina Grande, onde a UCES, desde sua criação, estava trilhando os caminhos para uma efetiva atuação junto as demandar reivindicatórias dos bairros por melhorias na prestação dos aparelhos públicos coletivos. Nesse sentido, em 19 de novembro de 1996 foi realizada uma assembléia geral extraordinária da entidade para aprovação estatutária, onde contem as definições normativas de funcionamento da UCES e suas principais finalidades como podemos observar na seqüência:

Art.1º A União Campinense das Equipes Sociais – UCES, fundada em 02 de agosto de 1964, é uma sociedade civil de direito privado, sem

fins lucrativos, de caráter social e se regerá pelo presente Estatuto e pelo regimento Interno. Art. 5º - A UCES tem as seguintes finalidades: I – Coordenar e orientar as atividades das Equipes Sociais a ela filiadas; II – Promover reuniões com as Equipes Sociais e zelar pela consecução de seus objetivos; III – Fazer reivindicações e promoções em favor da UCES e das filiadas; [...] VII – Contribuir para a melhoria das condições das comunidades e servir de instrumento de luta em sua defesa e contra qualquer forma de exploração política e social; VIII – Participar da administração municipal, conforme disposto na lei Orgânica do Município, nos termos do Regimento Interno: (ESTATUTO DA UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS, 1996 p. 1-2)

A partir desse estatuto verificamos a finalidade da entidade em articular me Campina Grande atividades comunitárias com o objetivo de participar da administração municipal, conforme previsto na Constituição Federal, que garante participação social nas administrações públicas, bem como também está previsto na lei orgânica do município. O que nos motivou a pesquisar esta temática que é a inserção deste movimento social considerado velho no campo dos movimentos sociais, no novo cenário histórico, onde os movimentos se resignificam e partem para uma esfera política cultural e no caso específico do movimento comunitário em Campina Grande. Observamos que este movimento passa do plano reivindicatório para congregar o plano político cultural, ou seja, passa por uma mudança histórica em seus conceitos de participação social no plano da cidade, sendo assim, uma instância de participação da população e um espaço de efervescência política.

Isto também relacionado às lutas anteriores no processo de redemocratização política do Brasil desde os anos 70. Este movimento e esta entidade também contribuiu na formação política do quadro legislativo da cidade e do estado da Paraíba, onde podemos citar o nome do atual deputado federal Rômulo José de Gouveia, que já fez parte na entidade de uma gestão e onde iniciou sua trajetória política junto a Sab do Velame.

No ano de 2006, dez anos após a aprovação do estatuto, os filiados a UCES e a própria entidade sente a necessidade de reformular seu Estatuto, pois compreende que este deve ser adaptado a realidade histórica do momento, percebendo que outras questões devem ser privilegiadas no Estatuto. Assim, em 29 de janeiro de 2006, a UCES convoca reunião de assembléia extraordinária para reformulação estatutária, onde os artigos do estatuto sofrem alterações inclusive os acima destacados, que ficam da seguinte forma:

Art.1º - A União campinense das Equipes Sociais – UCES, fundada em 02 de agosto de 1964, é uma entidade civil, com fins não econômicos, de duração indeterminada, de caráter comunitário e popular, autônoma e democrática, sem preconceito de raça, cor, partido político, opção sexual, credos filosófico ou religioso, com sede própria localizada à rua Padre Ibiapina, nº 144 – Centro – cidade de Campina Grande.

Art. 4º - São objetivos da UCES:I – coordenar, orientar e fiscalizar as atividades das entidades associadas;II – defender os interesses da população organizada em suas entidades e movimentos representativos de moradores e município de Campina Grande – PB, no tocante às matérias versando sobre moradia, saúde, educação, transporte de massas, direito do consumidor e do meio ambiente, dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, da assistência social e outros afins;III – mobilizar seus representantes pela implementação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza, objetivando a elevação do padrão de vida dos moradores das comunidades;IV - incentivar e desenvolver com suas associadas atividades de educação política, cultural, esportiva e recreativa; (ESTATUTO DA UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS, 2006 p.1-2)

Esses dispositivos estatutários afirmam o caráter da união como forma de congregação da sociedade civil organizada em favor dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, tomando a participação democrática efetiva no que diz respeito a esfera do poder público. Desta maneira, identificamos que a relação entre sociedade e Estado se modifica e o estado de direito se torna mais acessível a sociedade, que agora pode participar de instâncias de decisão política ocasionando uma gestão pública participativa. Nessa perspectiva é que a UCES vem realizando seu trabalho desde o processo de redemocratização do Estado brasileiro bem como dos veículos de participação, onde o seu papel se intensifica na década de 90 nas políticas de democratização do acesso aos bens públicos.

A observação do Art.1 nas duas versões, uma de 1996 e a outra de 2006 possibilita a análise das prioridades da entidade, visto que sua definição se mantém de caráter comunitário sem fins econômicos, garantindo assim uma entidade de cunho social e participativo, congregando entre seus membros a pluralidade étnica, religiosa e política ampliando suas atribuições para um caráter mais formacional de seus associados mostrando assim uma vertente de qualidade na participação social.

A atuação política e a abertura do estado para inserir a sociedade civil foi um salto na acepção democrática, porém, trouxe consigo a possibilidade de cooptação dos

agentes mobilizadores dos movimentos com vínculos empregatícios e desta forma coibindo a altivez da participação e reivindicação dos direitos sociais e políticos conquistados pela luta social. Mesmo com esse dispositivo negativo, a União Campinense das Equipes Sociais (UCES) congrega atualmente 55 associações de moradores que hoje segundo as diretrizes da assembléia um bairro pode ter uma associação e uma sociedade de amigos do bairro dependendo da dimensão do bairro, como, por exemplo, o bairro das Malvinas; que possui uma dimensão territorial grande, nesse sentido pode se ter mais de uma associação para efeito de implementação de políticas e participação efetiva da comunidade e de seus representantes na vida política da cidade.

1.1 A UNIÃO CAMPINENSE DAS EQUIPES SOCIAIS ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS

A União Campinense das Equipes Sociais (UCES) congrega hoje 55 associações/sociedades/união de moradores da zona urbana da Cidade de Campina Grande. Desta forma, como consta no projeto o nosso objetivo geral era compreender a atuação do movimento comunitário campinense, a partir da UCES e seu trabalho ou finalidade na cidade de Campina Grande como sua relação com as SABs. Como ficou explicito, esta entidade tem por compromisso integrar as representações dos bairros, sendo um órgão superior de representação na cidade de Campina Grande, e sua relação com as SABs é de uma articuladora das demandas sociais, viabilizando o diálogo com o poder público local como forma de participação efetiva nas mudanças da cidade.

Seguindo o propósito da pesquisa, objetivamos fazer um apanhado historiográfico deste movimento na cidade bem como, um pouco da trajetória da UCES na cidade, sua criação, suas problemáticas e suas atuações levando-nos a perceber a importância desta representação junto a população como também junto ao poder público. Entretanto, muitas das indagações não foram respondidas e muitas outras surgiram durante a pesquisa. Porém, compreendemos que este ponto de partida que foi dado com esta pesquisa poderá ser ampliado em pesquisas posteriores, dando assim enfoques diferentes e conseqüentemente ampliando os recursos documentais e metodologias empreendidas como forma de analisar este movimento na cidade de Campina Grande.

Para tanto, podemos perceber nas falas dos entrevistados, bem como nas observações de reuniões que pudemos participar, como funciona esta entidade e verificar sua prática, sendo assim, pudemos ver que esta entidade dialoga com as secretarias municipais e atua em diversos conselhos como, por exemplo, o conselho de saúde, de educação, de transporte e assim consecutivamente.

Como afirma o entrevistado A.B.O, a UCES tinha como finalidade de sua criação atender as necessidades básicas das demandas sociais, onde seus representantes deviam reivindicar perante o poder municipal resoluções das demandas das comunidades. Vejamos o que ele destaca em sua fala sobre o início deste movimento na cidade e a aquisição da sede da entidade:

A fundadora do trabalho foi Irmã Ângela Bezeira...ele (o presidente da UCES- Oswaldo Trigueiro Castelo Branco) juntou as sociedades para mostrar que tinha vindo esse 12 contos e ele desceu um dia aqui nessa rua que era chamada de beco do açúcar e viu uma placa nesse prédio pra vender, ai ele reuniu as sociedades e pediu pra gente abrir mão dos doze contos de reis e ele comprou esse prédio por doze contos de reis. Foi dinheiro fruto das sociedades que os deputados encaminharam ele comprou e graças a Deus é por isso que temos um prédio desses porque teve a coragem de Oswaldo Trigueiro Castelo Branco. (A.B.O, 2009)

Podemos perceber que as entidades firmavam parceria com o poder público e neste caso elas receberam uma quantia de doze contos pra ser dividida entre as entidades e como a UCES não tinha sede própria, isso por volta de 1972, o atual presidente tem a iniciativa de reunir as entidades para doar suas partes em prol de consolidar esse espaço que é a casa mãe de todos os associados.

Em suas memórias o senhor A.B.O destaca que a entidade tem 46 anos e que compara que o tempo de existência da entidade é o tempo de sua atuação no movimento comunitário na cidade. Ele na UCES foi por duas vezes presidente, duas vezes vice e exerceu cargo de tesoureiro e diz que atuou muito na entidade e que foi fundador da mesma. No ano de 1990 ele se candidatou como presidente e assume pela segunda vez e diz que a entidade tinha como papel de coordenar os trabalhos junto as SABs e que em suas atuações na entidade o número de associações aumentaram consideravelmente isto, fruto de um intenso trabalho. Ele indica que na Paraíba Campina foi a pioneira no movimento que depois de anos se expande para a capital e depois para cidades vizinhas e que fruto deste trabalho foi criada uma entidade Paraibana do movimento comunitário que por ventura coordenava os movimentos existentes nas cidades paraibanas e

posteriormente com o avanço das relações inter estaduais o movimento se organizou em nível nacional caracterizando uma entidade que fomenta as lutas nacionais desse movimento que é a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM).

Já na fala do senhor F.J ele destaca sua atuação como um atuação positiva no movimento, dizendo que desde seu envolvimento na SAB de Monte Castelo teve êxitos importantes junto a comunidade onde reivindicou como entidade soluções de cunho habitacional e infra estrutura para a localidade. Por reconhecimento de seu engajamento e trabalho que foi eleito por duas vezes presidente da UCES segundo suas afirmações “no tempo que o movimento comunitário vivia de festas”. Ele destaca que em suas gestões na entidade pôde acompanhar as SABs de forma mais sistemática e destaca ações que considera destaque de suas gestões.

Através dessa atuação política no movimento nacional eu consegui através do Ministério doas Cidades credito solidário para construir 100 unidades habitacional lá no conjunto comunitário um vizinho ao Rocha Cavalcante. Ta lá construído e entregue, lá cem unidades habitacionais que agente construiu na época eu era presidente da UCES, proveniente da luta que agente tem no movimento comunitário da cidade e a nível nacional. (F.J, 2009)

Como o senhor F.J destaca, ele atua desde 1990 no movimento comunitário exercendo atividades e cargos em entidades de nível paraibano, regional e nacional. Hoje ele é presidente da Federação Paraibana do Movimento Comunitário (FEPAMOC) e exerce na CONAM a direção regional, entre outras atividades em conselhos como o de alimentação e das cidades. Nesse sentido, ele aponta suas percepções sobre o movimento do qual faz parte e destaca suas atividades desenvolvidas que traduzem as marcas centrais de sua atuação. Algo bastante significativo em sua fala é sua concepção de movimento comunitário como abaixo destacamos:

O movimento é um elo de ligação, por exemplo, associação de moradores, a união municipal que é a UCES, e a federação e a confederação que é a CONAM. É uma interligação é um elo de ligação que se faz ao conjunto do movimento. O movimento comunitário é isso agente tem um trabalho de reivindicação mais nós não somos executores, nós somos reinvidicadores NE, cabe ao poder público atender os pleitos das associações de moradores pra que possa realmente levar uma administração voltada para aas comunidades. (F.J, 27/07/09)

Aqui se evidencia a compreensão de movimento comunitário e sua atuação junto ao poder público das três esferas em rede de interlocução e através de um diálogo constante e tudo para proporcionar benefícios para as comunidades, isto muitas vezes

não é levado ideologicamente e muitos dos participantes desses espaços procuram melhoramentos pessoais em forma de favores e conchavo políticos. Mas a finalidade da instituição não está expressa efetivamente no poder de um grupo mais do que da maioria e de uma equipe comprometida com a coletividade. A entidade em seus princípios não detém nenhum vínculo ao poder público se caracterizando uma organização de cunho civil, sendo, portanto, escolhas políticas das gestões os caminhos e a “cara” que a entidade vai ter durante um período.

Esta compreensão também é partilhada pelo atual presidente da UCES, João Batista, que afirma que sua maior preocupação na sua gestão é para a conscientização dos comunitários para a valorização da autonomia política da entidade e dos seus representantes como forma de coibir os atrelamentos políticos e as práticas clientelistas nas associações.

Destaca que a UCES tem se preocupado com a formação e capacitação de seus líderes comunitários, como, por exemplo, a capacitação tecnológica para a informatização das associações e da própria entidade mãe. Esta iniciativa tem como objetivo atender as necessidades sociais da temporalidade atual como forma de educação digital para atender os associados. Como destaca João Batista, ao movimento congrega desde o analfabeto ao profissional de formação superior, marcando, desta maneira, uma pluralidade do movimento e uma dinâmica de participação diferenciada e qualificada, onde a UCES procura incentivar a formação dos seus sócios.

2. CONCLUSÃO

O resultado da análise do movimento comunitário em Campina Grande, de forma delimitada a União Campinense das Equipes sociais (UCES), pode ser avaliado como efetivamente importante para a compreensão desta entidade no âmbito da cidade, bem como dentro dos movimentos sociais na cidade e de forma geral sua articulação com a rede de movimentos sociais do Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa e o contato efetivo com as fontes tanto as de cunho documental como de forma especial as de cunho oral além de promover uma atividade acadêmica de extrema importância para os pesquisadores, disseminou na entidade uma preocupação com relação a própria história de seus associados e da atuação desta entidade na cidade.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEWITZ, Patrice. Uma visão espacial da sociedade In: **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003 p. 71-74.

_____ *O homo sociologicus* bourdieusiano – U agente social. In: **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: vozes, 2003 p. 75-92.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. 3.ed Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no Brasil na era da participação: 1978-1989. In: **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006 p. 273–294.

_____ Movimentos Sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006 p. 295–325.

LE GOFF, Jacques. História. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 p. 17-172.

_____ Memória. In: **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 p. 419-476.

MARTINS, Paulo Cezar Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: **História da vida privada no Brasil**. Republica: Da Belle E'poque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. Ambiguidades do movimento operário. In: **O livro de ouro da História do Brasil: Do descobrimento à globalização**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 285-295.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de Bairro. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p. 156-158.

_____ Democracia: Consciência Comunitária. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p. 159-162.

THOMPSON, E.P. Prefácio. In: **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987 p. 9-14.

_____ Número Ilimitado de Membros. In: **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987 p. 15-2

